



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 10/2021

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2021.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 9957151 (SEI)			
Processo SLA N.º 549/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Leonardo Ricardo de Souza Aguetoni e Outros	CPF: 323.737.318-43	
EMPREENDIMENTO: Fazenda Boa Esperança		CNPJ: -----	
MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DE SALES-MG		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: - 19° 44' 59,361" LONG: - 49° 53' 0,11"			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de fator locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-01	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em uma área útil de 719,495 hectares.	03	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Ana Paula Pereira Assunção		CREA-MG: 243865/D	142020000000006419839
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Amilton Alves Filho Analista Ambiental		1146912-9	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 04/02/2021, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 15/02/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
25093436 e o código CRC **0E87AE88**.

Referência: Processo nº 1370.01.0006061/2021-68

SEI nº 25093436



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada SLA n.º 549/2021

Os empreendedores Leonardo Ricardo de Souza Aguetoni e Outros, Fazenda Boa Esperança, localizada no município de São Francisco de Sales-MG, pretende desenvolver a atividades de cultivo de soja em condições de sequeiro em uma área útil de 719,495 hectares (matrículas n.ºs 17.055, 17.108, 17.056 e 17.087), ambas registradas no cartório de registro de imóveis de Itapagipe-MG. Nesse sentido, formalizou na SUPRAM TM o processo de licenciamento ambiental simplificado n.º 549/2021 no dia 02/02/2021. Na ocasião, a consultoria ambiental contratada apresentou o Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

De acordo com a DN (Deliberação Normativa) 217/2017 a atividade: “cultivo de culturas anuais, semprenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em uma área de 719,495 hectares – Código: G-01-03-01”, é classificada como classe 03, ou seja, de médio porte médio potencial poluidor.

A área da Fazenda Esperança pertence a empresa ASA Agropecuária e Participações e DAS Agropecuária e Participações. Na ocasião da formalização foi apresentado um contrato de compra e venda. Os empreendedores Leonardo Ricardo de Souza Aguetoni e Outros são arrendatários e pretende iniciar o cultivo de soja na área de 719,945 hectares. No imóvel era desenvolvido a atividade de bovinocultura de corte, figura 01.



Figura 01 – Limites da área destinada ao arrendamento.



O empreendedor alega que irá construir toda a infraestrutura necessária para atendimento das frentes de trabalhos. Nesse sentido, terá uma sede com banheiros e sistema de tratamento de efluentes sanitários, refeitórios, galpão para armazenamento dos insumos, onde servirá como armazenamento temporário das embalagens de defensivos agrícolas. Em relação ao destino final das embalagens de defensivos agrícolas o empreendedor menciona que irá destinar para uma empresa licenciada. Os restos de comida devem ser recolhidos e destinados adequadamente. De acordo com as informações apresentadas a calda de pulverização será preparada em um local específico dentro da Fazenda Boa Esperança e a aplicação de defensivos agrícolas será feita utilizando como base o receituário agrônomo.

Em relação ao ponto de abastecimento o empreendedor alega que será implantado um sistema aéreo com capacidade total de armazenagem de 10,00 m³ com sistema de drenagem oleosa.

A água utilizada para consumo humano e pulverização agrícola será proveniente de dois pontos de captação d' água, consideradas de uso de volume insignificante (certidões n.ºs 240877/2021 e 240875/2020), ambas regularizadas junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Não foi apresentada nenhuma autorização para intervenção em área de preservação permanente (APP).

Os processos erosivos inerentes à atividade agrícola são controlados mediante uso de práticas agrícolas como a adoção de terraços, plantio em nível e adoção de bolsões de infiltração.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

CONCLUSÃO

Com base nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **“FAZENDA BOA ESPERANÇA/LEONARDO RICARDO DE SOUZA AGUETONI E OUTROS,”** para a atividade: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em uma área útil de 719,495 hectares, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Esclarecemos que esta decisão foi embasada unicamente nos estudos apresentados não sendo realizada vistoria prévia. Vale salientar que a veracidade das informações, a segurança dos equipamentos, construções e



eficiência dos sistemas de controle ficam sob a responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos.

ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA BOA ESPERANÇA/LEONARDO RICARDO DE SOUZA AGUETONI E OUTROS”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Comprovar a instalação da fossa séptica destinada a tratar os efluentes de origem sanitária.	Antes da operação do empreendimento.
03	Comprovar a instalação da caixa separadora de água e óleo destinada a tratar os efluentes de origem oleosa.	Antes da Operação do empreendimento.

***Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**



ANEXO II

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA BOA ESPERANÇA/LEONARDO RICARDO DE SOUZA AGUETONI E OUTROS”

1.0 RESÍDUOS SÓLIDOS E REJEITOS

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Relatórios: Apresentar à SUPRAM TM **SEMENTRALMENTE**, o Relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG. Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1 – Reutilização
2 – Reciclagem
3 - Aterro sanitário
4 - Aterro industrial
5 – Incineração

6 - Co-processamento
7 - Aplicação no solo
8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)
9 - Outras (especificar)

Observações:

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações;
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.



2.0 EFLUENTES DA CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes industriais	pH, vazão média, temperatura, DBO, óleos e graxas, <i>materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão, DQO e detergentes.</i>	Anual

Enviar anualmente à SUPRAM TM, até o dia 20 do mês subsequente ao do aniversário da licença ambiental, o relatório contendo os resultados das medições efetuadas

O relatório deverá ser proveniente de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.